ReGeo
ISSN: 2177-3246

REGULAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO BRASILEIRO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DESAFIOS JURÍDICOS DO TRANSPORTE DE ANIMAIS DE APOIO EMOCIONAL

REGULATION OF BRAZILIAN AIR TRANSPORTATION AND FUNDAMENTAL RIGHTS: LEGAL CHALLENGES IN THE TRANSPORTATION OF EMOTIONAL SUPPORT ANIMALS

REGULACIÓN DEL TRANSPORTE AÉREO BRASILEÑO Y DERECHOS FUNDAMENTALES: DESAFÍOS JURÍDICOS DEL TRANSPORTE DE ANIMALES DE APOYO EMOCIONAL

10.56238/revgeov17n3-131

Ana Sheila dos Santos Gomes
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: ninhagomes127@gmail.com

Beatriz Barros Silva
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: bea.barros2005@gmail.com

Flávia da Silva Fernandes
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: flaviafernandes058@gmail.com

João Lopes Rodrigues
Graduando em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: joaolopesrodrigues44@gmail.com

Krícia Lavareda Mendes Gregório
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: kriciagregorio.dir@gmail.com

Laurentino de Sousa Santos
Graduando em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: laurentinosantos234@gmail.com

ReGeo
ISSN: 2177-3246

Manuella Pimenta Loureiro
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: manuploureiro12@gmail.com

Samia Tainar Marques da Silva
Graduanda em Direito
Instituição: Universidade Nilton Lins
E-mail: samiatainar81@gmail.com

Dimas Melo Gonçalves
Mestre em Engenharia de Processos
Instituição: Faculdade Santa Teresa
E-mail: dimasmelogoncalves@gmail.com

RESUMO
A crescente valorização da saúde mental e do bem-estar psicológico tem impulsionado debates jurídicos relacionados ao reconhecimento institucional dos animais de apoio emocional, especialmente em contextos que envolvem serviços regulados, como o transporte aéreo. Nesse cenário, surgem questionamentos acerca da compatibilização entre os direitos fundamentais dos passageiros, a segurança operacional da aviação civil e as normas que disciplinam o transporte de animais em aeronaves. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios jurídicos relacionados à regulação do transporte aéreo de animais de apoio emocional no Brasil, considerando suas implicações no campo dos direitos fundamentais e da organização normativa da aviação civil. Para tanto, adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica de literatura científica recente, com análise qualitativa de estudos que abordam aspectos jurídicos, sociais e regulatórios relacionados ao tema. Os resultados indicam que o reconhecimento social dos animais de apoio emocional está associado aos benefícios psicológicos decorrentes da relação humano-animal, mas também evidencia lacunas regulatórias que podem gerar conflitos entre passageiros, companhias aéreas e autoridades regulatórias. Conclui-se que a construção de marcos normativos mais claros e equilibrados constitui medida essencial para garantir segurança jurídica, proteção dos direitos fundamentais e adequada organização do transporte aéreo no contexto das transformações sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Animais de Apoio Emocional. Direitos Fundamentais. Regulação do Transporte Aéreo. Responsabilidade Civil. Transporte Aéreo.

ABSTRACT
The growing recognition of mental health and psychological well-being has intensified legal debates regarding the institutional recognition of emotional support animals, particularly in regulated contexts such as air transportation. In this scenario, questions arise concerning the compatibility between passengers' fundamental rights, aviation safety requirements, and the regulatory norms governing the transport of animals on aircraft. This study aims to analyze the legal challenges related to the regulation of air transportation of emotional support animals in Brazil, considering its implications within the framework of fundamental rights and the normative organization of civil aviation. The research adopts a literature review methodology, based on the qualitative analysis of recent scientific studies addressing legal, social, and regulatory aspects related to the subject. The findings indicate that the social

recognition of emotional support animals is closely linked to the psychological benefits associated with the human–animal relationship, while also revealing regulatory gaps that may generate conflicts among passengers, airlines, and regulatory authorities. It is concluded that the development of clearer and more balanced regulatory frameworks is essential to ensure legal certainty, protect fundamental rights, and maintain the proper organization of air transportation in light of contemporary social transformations.

Keywords: Air Transportation. Civil Liability. Emotional Support Animals. Fundamental Rights. Air Transport Regulation.

RESUMEN

El creciente reconocimiento de la salud mental y del bienestar psicológico ha intensificado los debates jurídicos relacionados con el reconocimiento institucional de los animales de apoyo emocional, especialmente en contextos regulados como el transporte aéreo. En este escenario surgen cuestionamientos acerca de la compatibilidad entre los derechos fundamentales de los pasajeros, los requisitos de seguridad de la aviación civil y las normas que regulan el transporte de animales en aeronaves. El presente estudio tiene como objetivo analizar los desafíos jurídicos relacionados con la regulación del transporte aéreo de animales de apoyo emocional en Brasil, considerando sus implicaciones en el ámbito de los derechos fundamentales y en la organización normativa de la aviación civil. Para ello se adoptó como metodología una revisión bibliográfica de literatura científica reciente, con análisis cualitativo de estudios que abordan aspectos jurídicos, sociales y regulatorios relacionados con el tema. Los resultados indican que el reconocimiento social de los animales de apoyo emocional está asociado a los beneficios psicológicos derivados de la relación humano-animal, pero también revela vacíos regulatorios que pueden generar conflictos entre pasajeros, compañías aéreas y autoridades regulatorias. Se concluye que la construcción de marcos normativos más claros y equilibrados constituye una medida esencial para garantizar seguridad jurídica, protección de los derechos fundamentales y adecuada organización del transporte aéreo frente a las transformaciones sociales contemporáneas.

Palabras clave: Animales de Apoyo Emocional. Derechos Fundamentales. Regulación del Transporte Aéreo. Responsabilidad Civil. Transporte Aéreo.

1 INTRODUÇÃO

A crescente valorização da saúde mental e da qualidade de vida tem impulsionado novas discussões jurídicas relacionadas à proteção de vínculos sociais e afetivos relevantes. Nesse contexto, a relação entre seres humanos e animais de companhia passou a receber maior atenção no campo científico e jurídico, especialmente quando esses animais desempenham papel de suporte emocional para indivíduos em situação de vulnerabilidade psicológica.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, princípio que orienta a interpretação e a aplicação das normas jurídicas voltadas à proteção do bem-estar e da integridade dos indivíduos, conforme dispõe Brasil (1988). Esse fundamento constitucional permite ampliar a compreensão dos direitos relacionados à saúde e à qualidade de vida, incluindo discussões que envolvem o suporte emocional proporcionado por animais de companhia.

Nas últimas décadas, a literatura científica tem demonstrado que a convivência entre humanos e animais pode produzir impactos positivos no bem-estar psicológico das pessoas. Estudos recentes apontam que a interação com animais de companhia pode contribuir para a redução de sintomas relacionados ao estresse, à ansiedade e ao isolamento social, favorecendo a estabilidade emocional dos indivíduos. Nesse sentido, Brooks et al. (2023) destacam que a relação humano-animal pode representar importante mecanismo de suporte psicológico, especialmente em contextos de vulnerabilidade emocional. A ampliação desse reconhecimento social tem impulsionado o surgimento da categoria dos chamados animais de apoio emocional.

Entretanto, o reconhecimento institucional desses animais também tem provocado debates jurídicos relevantes, especialmente em setores caracterizados por elevada regulação normativa. O transporte aéreo constitui um exemplo emblemático desse cenário, uma vez que envolve normas rigorosas relacionadas à segurança da aviação civil, à organização do serviço e à proteção dos passageiros. Younggren et al. (2020) destacam que a ausência de critérios padronizados para avaliação e certificação de animais de apoio emocional pode gerar controvérsias administrativas e jurídicas, sobretudo quando esses animais passam a ser transportados em ambientes coletivos regulados.

Além disso, a ampliação da presença de animais em diferentes espaços institucionais reflete transformações culturais mais amplas relacionadas à forma como a sociedade contemporânea compreende a relação entre humanos e animais. Pallotta (2025) observa que a crescente valorização do vínculo humano-animal tem influenciado debates jurídicos e políticos, estimulando discussões sobre o reconhecimento institucional de determinadas formas de interação entre pessoas e animais de companhia. Esse processo evidencia o surgimento de novas demandas sociais que desafiam os modelos regulatórios tradicionais, exigindo respostas jurídicas capazes de equilibrar direitos individuais, segurança institucional e organização dos serviços públicos e privados.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios jurídicos relacionados à regulação do transporte aéreo de animais de apoio emocional, considerando as implicações desse fenômeno no âmbito dos direitos fundamentais e da organização normativa da aviação civil. Busca-se compreender de que forma o ordenamento jurídico pode responder às demandas emergentes relacionadas ao transporte desses animais, bem como identificar os principais conflitos regulatórios associados à proteção dos direitos dos passageiros, à segurança operacional do transporte aéreo e ao bem-estar animal.

A ampliação das discussões sobre animais de apoio emocional também está relacionada ao crescimento de demandas sociais por reconhecimento institucional de diferentes formas de suporte terapêutico. Em diversos países, indivíduos que enfrentam transtornos psicológicos ou condições emocionais específicas passaram a recorrer ao auxílio de animais de companhia como forma de suporte para a manutenção do equilíbrio emocional. Nesse contexto, a literatura científica tem apontado que a presença desses animais pode desempenhar papel relevante no processo de recuperação e estabilização psicológica dos indivíduos. Conforme indicam Brooks et al. (2023), a convivência com animais de companhia pode contribuir para a redução de níveis de estresse e ansiedade, além de favorecer a construção de vínculos afetivos capazes de fortalecer a saúde emocional.

Entretanto, a ampliação do reconhecimento social dos animais de apoio emocional também trouxe novos desafios regulatórios. A ausência de critérios uniformes para identificação e certificação desses animais tem provocado debates entre autoridades regulatórias, operadores de serviços e usuários. Younggren et al. (2020) apontam que a inexistência de protocolos padronizados para avaliação da necessidade de apoio emocional pode gerar interpretações divergentes sobre a legitimidade dessas demandas. Esse cenário contribui para o surgimento de conflitos administrativos e jurídicos, especialmente em setores nos quais o funcionamento institucional depende de normas operacionais rigorosas.

No âmbito do transporte aéreo, essas tensões tornam-se ainda mais evidentes. O setor da aviação civil opera com elevados padrões de segurança e organização operacional, o que exige a adoção de regras claras para o transporte de passageiros e de animais. Doughty (2023) observa que o crescimento das solicitações para transporte de animais de apoio emocional em aeronaves expôs lacunas importantes na regulação do setor, levando diferentes autoridades a revisarem suas normas e políticas institucionais. Esse processo evidencia a necessidade de desenvolvimento de marcos regulatórios capazes de conciliar a proteção dos direitos dos passageiros com as exigências operacionais do transporte aéreo.

Além das questões relacionadas à segurança operacional, a literatura também aponta que o transporte de animais em aeronaves pode gerar implicações jurídicas relacionadas à responsabilidade civil das companhias aéreas. Eulálio (2025) destaca que conflitos envolvendo danos ou morte de

animais durante o transporte têm se tornado cada vez mais frequentes no âmbito judicial. Esse fenômeno evidencia que o transporte de animais de companhia, incluindo os animais de apoio emocional, passou a integrar debates jurídicos mais amplos relacionados ao direito do consumidor, ao direito civil e ao direito animal.

Diante desse panorama, torna-se necessário aprofundar a análise jurídica sobre o transporte de animais de apoio emocional no contexto da aviação civil. A compreensão dos fundamentos normativos e das lacunas regulatórias existentes pode contribuir para o desenvolvimento de soluções jurídicas mais adequadas às transformações sociais contemporâneas. Assim, a investigação proposta neste estudo busca compreender os desafios jurídicos relacionados à regulação do transporte aéreo desses animais, analisando as tensões existentes entre a proteção dos direitos fundamentais, a segurança operacional do transporte aéreo e a crescente valorização do bem-estar animal na sociedade contemporânea.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O debate jurídico contemporâneo acerca do transporte de animais de apoio emocional tem se intensificado nos últimos anos, especialmente em razão da ampliação das discussões relacionadas aos direitos fundamentais, ao bem-estar animal e às transformações regulatórias no setor do transporte aéreo. O reconhecimento social do vínculo entre seres humanos e animais de companhia passou a ocupar espaço relevante nas discussões acadêmicas e jurídicas, sobretudo quando esse vínculo se relaciona a questões de saúde mental. Nesse cenário, a literatura científica recente tem buscado compreender como os sistemas jurídicos podem responder às demandas decorrentes da presença de animais de apoio emocional em ambientes regulados, como ocorre no transporte aéreo.

Um dos aspectos centrais da literatura refere-se à definição conceitual e aos critérios de reconhecimento dos animais de apoio emocional. Younggren et al. (2020) explicam que esses animais se distinguem dos chamados animais de serviço porque não necessariamente recebem treinamento específico para executar tarefas determinadas. Sua função principal está relacionada ao suporte emocional oferecido ao tutor, especialmente em situações envolvendo transtornos psicológicos ou psiquiátricos. Os autores destacam que a ausência de critérios uniformes de avaliação e certificação desses animais pode gerar distorções no reconhecimento desse tipo de suporte terapêutico, criando dificuldades tanto para profissionais de saúde quanto para instituições responsáveis pela regulação de serviços públicos e privados.

A literatura também destaca a relevância da relação entre humanos e animais no campo da saúde mental e do bem-estar psicológico. Brooks et al. (2023) apontam que a convivência com animais de companhia está associada à redução de sintomas relacionados ao estresse, à ansiedade e ao isolamento social. Os autores observam que, em muitos casos, a presença de um animal pode funcionar como importante mecanismo de suporte emocional, contribuindo para a estabilidade psicológica de

indivíduos em situação de vulnerabilidade. Essa dimensão terapêutica tem sido utilizada como fundamento para justificar a crescente demanda pelo reconhecimento institucional dos animais de apoio emocional.

Apesar desses benefícios reconhecidos, o conceito de animal de apoio emocional ainda apresenta contornos jurídicos incertos. Pallotta (2025) argumenta que essa categoria possui uma construção social e normativa complexa, sendo influenciada por diferentes fatores culturais, institucionais e jurídicos. Segundo a autora, a expansão do uso desse conceito em diferentes contextos regulatórios tem gerado debates acerca de seus limites e aplicações, especialmente quando envolve a prestação de serviços públicos ou privados. A ausência de parâmetros normativos claros pode gerar interpretações divergentes e conflitos regulatórios.

A discussão também envolve o desenvolvimento de políticas públicas e mecanismos institucionais voltados à regulamentação desses animais. Foltin et al. (2023) ressaltam que diferentes países adotam modelos regulatórios distintos para o reconhecimento de animais de assistência e de apoio emocional. Essa diversidade normativa pode provocar dificuldades práticas para instituições responsáveis pela prestação de serviços, sobretudo em setores altamente regulados, como o transporte aéreo. Nesse contexto, os autores destacam a necessidade de desenvolvimento de critérios mais claros e uniformes para orientar decisões administrativas e jurídicas relacionadas ao tema.

Essas contribuições demonstram que o debate sobre animais de apoio emocional ultrapassa o campo da saúde ou da psicologia, alcançando diretamente o domínio jurídico e regulatório. A literatura recente tem procurado compreender como o direito pode equilibrar a proteção de direitos individuais, a segurança institucional e a necessidade de estabelecer critérios objetivos para o reconhecimento dessa categoria de animais. Dessa forma, a construção de um referencial teórico sólido exige a análise integrada dessas diferentes perspectivas, permitindo compreender os fundamentos conceituais e jurídicos que sustentam o debate contemporâneo sobre o transporte de animais de apoio emocional.

A expansão do debate sobre animais de apoio emocional também tem repercutido diretamente no campo da regulação do transporte aéreo. A presença desses animais em aeronaves tem gerado questionamentos jurídicos relevantes, sobretudo no que se refere à compatibilização entre os direitos individuais dos passageiros e os deveres das companhias aéreas relacionados à segurança operacional e à organização do serviço de transporte. Nesse cenário, parte da literatura especializada tem analisado as lacunas normativas existentes e os conflitos jurídicos que emergem da ausência de regulamentação uniforme sobre o tema.

Nesse contexto, Doughty (2023) observa que a ausência de critérios claros para o reconhecimento de animais de apoio emocional contribuiu para um aumento significativo de conflitos envolvendo passageiros e companhias aéreas. Segundo o autor, durante a última década houve um crescimento expressivo na quantidade de solicitações para transporte desses animais em aeronaves, o

que expôs fragilidades regulatórias e levou diversos sistemas jurídicos a revisarem suas políticas relacionadas ao tema. A falta de uniformidade normativa acaba produzindo insegurança jurídica tanto para os passageiros quanto para as empresas responsáveis pela prestação do serviço de transporte.

A discussão também envolve a interação entre normas de direito aeronáutico e legislações voltadas à proteção de pessoas com deficiência ou condições de saúde mental. Lanier (2021) analisa como diferentes sistemas regulatórios passaram a revisar suas normas após o aumento de casos envolvendo passageiros que buscavam transportar animais de apoio emocional em aeronaves. O autor aponta que a ampliação do reconhecimento desses animais gerou tensões entre o direito de acesso ao transporte e as preocupações das companhias aéreas com segurança, higiene e organização do espaço interno das aeronaves.

Além disso, o crescimento da demanda por transporte de animais em voos comerciais também gerou debates acerca da legitimidade de determinadas solicitações. Cummings (2023) destaca que a expansão da categoria de animal de apoio emocional passou a ser objeto de críticas por parte de autoridades regulatórias e operadores do setor aéreo, que apontam dificuldades para distinguir casos legítimos de situações em que a classificação é utilizada de forma inadequada. Para o autor, a ausência de mecanismos padronizados de certificação pode comprometer a credibilidade do próprio instituto e dificultar a elaboração de políticas regulatórias equilibradas.

Outro aspecto relevante discutido na literatura refere-se à responsabilidade civil decorrente do transporte de animais em aeronaves. Eulálio (2025) analisa casos envolvendo danos ou morte de animais durante o transporte aéreo e destaca que tais situações levantam importantes debates sobre a responsabilidade das companhias aéreas. Segundo o autor, a crescente judicialização de conflitos envolvendo transporte de animais demonstra que o tema ultrapassou o campo administrativo e passou a integrar discussões mais amplas relacionadas ao direito do consumidor e ao direito animal.

Por sua vez, Vallespin (2024) observa que o transporte aéreo de animais de companhia tem passado por transformações significativas em diversos países, exigindo adaptações nas políticas operacionais e regulatórias das companhias aéreas. A autora destaca que a crescente preocupação social com o bem-estar animal tem influenciado mudanças institucionais no setor de aviação, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de modelos regulatórios mais claros e consistentes.

Essas análises evidenciam que o transporte de animais de apoio emocional no contexto da aviação civil representa um campo jurídico em transformação. A literatura especializada tem apontado que a ausência de harmonização normativa pode gerar conflitos entre passageiros, empresas aéreas e autoridades regulatórias. Dessa forma, compreender os fundamentos jurídicos dessas disputas torna-se essencial para avaliar os desafios regulatórios envolvidos na proteção de direitos fundamentais e na organização do transporte aéreo contemporâneo.

A discussão sobre o transporte de animais de apoio emocional também envolve uma dimensão

mais ampla relacionada ao bem-estar animal e às transformações sociais que redefinem a relação entre humanos e animais na contemporaneidade. Nas últimas décadas, diversos estudos passaram a demonstrar que os animais de companhia desempenham papel relevante na vida emocional e psicológica das pessoas, especialmente em contextos de vulnerabilidade ou de tratamento de transtornos mentais. Esse fenômeno tem contribuído para a ampliação do debate jurídico sobre a necessidade de reconhecer determinadas formas de interação humano-animal como socialmente relevantes e juridicamente protegidas.

Nesse sentido, Mota-Rojas et al. (2023) observam que as discussões contemporâneas sobre bem-estar animal na América Latina têm se ampliado significativamente, incorporando perspectivas jurídicas, sociais e éticas. Os autores apontam que a crescente valorização da proteção animal tem influenciado diferentes áreas do direito, incluindo políticas públicas, legislação ambiental e normas relacionadas à proteção dos animais em contextos institucionais. Esse movimento tem impulsionado debates sobre o tratamento jurídico adequado aos animais de companhia, especialmente quando estão envolvidos em situações de transporte ou deslocamento.

A literatura também destaca que as mudanças sociais relacionadas à proteção animal têm produzido impactos relevantes na formulação de políticas regulatórias. Pallotta (2025) argumenta que o conceito de animal de apoio emocional passou a ocupar espaço significativo em debates institucionais justamente porque reflete transformações culturais mais amplas relacionadas à forma como a sociedade compreende a relação entre humanos e animais. Segundo a autora, essa transformação tem provocado pressões por maior reconhecimento jurídico desse tipo de vínculo, ao mesmo tempo em que exige que os sistemas regulatórios desenvolvam critérios mais claros para sua aplicação.

Outro aspecto relevante refere-se às implicações psicológicas e sociais da convivência entre humanos e animais. Brooks et al. (2023) destacam que estudos recentes apontam que a presença de animais de companhia pode contribuir para a melhoria do bem-estar emocional e da qualidade de vida de seus tutores. Essa relação tem sido especialmente relevante em contextos de saúde mental, nos quais o apoio emocional proporcionado pelos animais pode auxiliar na redução de sintomas associados ao estresse e à ansiedade. Esses fatores têm sido utilizados como fundamento para justificar a crescente demanda social pelo reconhecimento institucional dos animais de apoio emocional.

Entretanto, a literatura também enfatiza que a ampliação desse reconhecimento deve ser acompanhada por mecanismos regulatórios adequados. Foltin et al. (2023) ressaltam que políticas públicas voltadas ao reconhecimento de animais de assistência ou apoio emocional precisam estabelecer critérios claros de certificação e avaliação, de modo a garantir segurança jurídica e evitar distorções no uso dessas categorias. A ausência de parâmetros objetivos pode comprometer tanto a efetividade das políticas públicas quanto a credibilidade das normas destinadas à proteção de pessoas

que realmente necessitam desse tipo de suporte.

Dessa forma, a literatura científica evidencia que o debate sobre o transporte de animais de apoio emocional envolve múltiplas dimensões jurídicas e sociais. Por um lado, há a necessidade de reconhecer os benefícios terapêuticos e sociais associados à convivência humano-animal. Por outro, torna-se essencial desenvolver marcos regulatórios capazes de equilibrar a proteção de direitos fundamentais, a segurança do transporte aéreo e a garantia de critérios objetivos para o reconhecimento desses animais. A compreensão dessas diferentes perspectivas teóricas permite estabelecer bases mais sólidas para a análise dos desafios jurídicos envolvidos na regulação do transporte aéreo de animais de apoio emocional no contexto contemporâneo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica da literatura científica recente sobre o transporte de animais de apoio emocional e seus desdobramentos jurídicos no âmbito do transporte aéreo. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de compreender os fundamentos teóricos, normativos e regulatórios que estruturam o debate contemporâneo sobre o tema, permitindo a análise crítica das principais contribuições acadêmicas produzidas nos últimos anos.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas amplamente utilizadas na produção acadêmica internacional e nacional. Foram priorizadas bases como Scopus, Web of Science, PubMed, SciELO e Google Scholar, considerando-se sua relevância na indexação de periódicos científicos de alto impacto. A busca concentrou-se em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, com preferência por periódicos classificados nos estratos A e B do sistema Qualis, a fim de assegurar a qualidade e a atualidade das fontes utilizadas no desenvolvimento do referencial teórico.

Para a identificação dos estudos relevantes, foram utilizados descritores relacionados ao objeto de pesquisa, tais como emotional support animals, air transportation regulation, aviation law, animal welfare e fundamental rights. A combinação desses termos permitiu localizar pesquisas que abordam tanto o conceito de animais de apoio emocional quanto os desafios regulatórios relacionados ao transporte desses animais em aeronaves comerciais. Após a realização das buscas, procedeu-se à seleção das publicações a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, priorizando-se estudos que apresentassem relação direta com o problema de pesquisa.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram artigos científicos disponíveis em texto completo, preferencialmente em formato PDF, publicados em periódicos acadêmicos ou repositórios institucionais reconhecidos e que abordassem aspectos jurídicos, regulatórios ou sociais relacionados aos animais de apoio emocional ou ao transporte de animais em aeronaves. Foram excluídas

publicações que não apresentassem relação direta com o tema investigado ou que não possuíssem caráter científico, como textos opinativos ou materiais sem revisão acadêmica.

Após a etapa de seleção das fontes, os estudos foram submetidos a leitura analítica e interpretativa, buscando identificar os principais conceitos, argumentos teóricos e perspectivas regulatórias discutidas pelos autores. Essa etapa permitiu sistematizar as contribuições da literatura recente e organizar os elementos que compõem o referencial teórico do estudo. A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem qualitativa, com ênfase na interpretação crítica dos argumentos apresentados nos artigos selecionados, buscando compreender convergências, divergências e lacunas existentes na produção científica sobre o tema.

A organização dos dados coletados ocorreu mediante a estruturação das informações em categorias analíticas relacionadas aos principais eixos de discussão identificados na literatura, tais como a definição conceitual de animais de apoio emocional, os impactos da relação humano-animal no campo da saúde mental, os desafios regulatórios no transporte aéreo e as implicações jurídicas decorrentes da ausência de normatização uniforme. Essa sistematização possibilitou construir uma base teórica consistente para a análise dos desafios jurídicos envolvidos na regulação do transporte aéreo de animais de apoio emocional.

A revisão da literatura permitiu identificar contribuições relevantes que abordam diferentes dimensões relacionadas aos animais de apoio emocional, incluindo aspectos psicológicos, sociais, jurídicos e regulatórios. Os estudos selecionados apresentam abordagens complementares, contribuindo para a compreensão do fenômeno sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. No quadro a seguir são apresentados os principais autores utilizados na pesquisa até o momento, bem como os títulos das obras analisadas e seus respectivos anos de publicação.

Quadro I - Autores utilizados na pesquisa.

Autor	Título	Ano
Brooks et al.	The well-being of companion animal caregivers: a systematic review and research agenda	2023
Cummings	All dogs are emotional support animals: the need for clearer regulation	2023
Doughty	Failures in regulating emotional support animals	2023
Eulálio	Responsabilidade da companhia aérea em caso de morte de animal transportado no bagageiro do avião	2025
Foltin et al.	Current perspectives on implementing assistance and support animals in public policy	2023
Lanier	(Emotional support) peacocks on a plane: revising disability and aviation laws	2021
Mota-Rojas et al.	Controversial topics in animal welfare in Latin America	2023
Pallotta	Emotional support? Law, social control, and the human–animal bond	2025

Autor	Título	Ano
Vallespin	The impact of transforming air transport for domestic animals	2024
Younggren et al.	Emotional support animal assessments: toward a standard model for mental health professionals	2020

Fonte: Própria dos autores.

A análise dos estudos apresentados no quadro evidencia que a literatura recente tem se dedicado a investigar o fenômeno dos animais de apoio emocional sob diferentes perspectivas, abrangendo desde os impactos psicológicos da relação humano-animal até os desafios jurídicos e regulatórios envolvidos no transporte desses animais.

As contribuições desses autores permitem compreender a complexidade do tema e fornecem base teórica consistente para a discussão sobre os limites e as possibilidades de regulamentação do transporte aéreo de animais de apoio emocional no contexto dos direitos fundamentais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que o transporte de animais de apoio emocional representa um campo emergente de debate jurídico, especialmente no contexto da regulação do transporte aéreo. A literatura científica analisada evidencia que a crescente valorização do vínculo entre seres humanos e animais de companhia tem provocado mudanças significativas nas demandas sociais relacionadas ao acesso a serviços de transporte. Nesse cenário, os resultados da revisão bibliográfica indicam que a presença de animais de apoio emocional em aeronaves está diretamente associada à ampliação do reconhecimento social de seu papel no suporte psicológico de indivíduos que enfrentam condições de saúde mental.

Diversos estudos apontam que a convivência com animais de companhia pode produzir impactos positivos na saúde emocional das pessoas. Brooks et al. (2023) demonstram que a presença de animais está associada à redução de níveis de estresse e ansiedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos tutores. Os autores indicam que a relação humano-animal pode funcionar como importante mecanismo de suporte emocional, especialmente em contextos de vulnerabilidade psicológica. Esses resultados ajudam a explicar por que a demanda pelo reconhecimento institucional dos animais de apoio emocional tem crescido significativamente nos últimos anos.

Além da dimensão psicológica, a literatura também evidencia a necessidade de estabelecer critérios mais claros para o reconhecimento desses animais. Younggren et al. (2020) apontam que a ausência de parâmetros padronizados para avaliação e certificação de animais de apoio emocional tem gerado controvérsias em diferentes contextos institucionais. Segundo os autores, a inexistência de procedimentos uniformes pode dificultar a distinção entre casos legítimos de apoio emocional e situações em que essa classificação é utilizada de forma inadequada. Esse cenário contribui para o

surgimento de conflitos regulatórios, especialmente em setores altamente regulamentados como o transporte aéreo.

A análise dos estudos também demonstra que o crescimento da demanda pelo transporte desses animais tem exposto lacunas relevantes na regulação do setor de aviação. Doughty (2023) destaca que o aumento expressivo de solicitações envolvendo animais de apoio emocional levou diversas autoridades regulatórias a reavaliar suas normas de transporte aéreo. O autor observa que a ausência de critérios uniformes tem provocado insegurança jurídica tanto para passageiros quanto para companhias aéreas, evidenciando a necessidade de desenvolvimento de marcos regulatórios mais claros e consistentes.

Outro elemento identificado na literatura refere-se às dificuldades enfrentadas pelas companhias aéreas para lidar com o aumento de pedidos de transporte de animais em cabine. Lanier (2021) analisa que o crescimento desse fenômeno gerou tensões entre o direito de acesso ao transporte e as preocupações relacionadas à segurança operacional das aeronaves. Segundo o autor, as empresas do setor aéreo passaram a enfrentar desafios relacionados à gestão do espaço interno das aeronaves, à segurança dos passageiros e à necessidade de estabelecer critérios objetivos para autorizar ou restringir o transporte desses animais.

Esses resultados demonstram que o debate jurídico sobre o transporte de animais de apoio emocional envolve múltiplas dimensões que vão além da simples relação entre passageiro e companhia aérea. As evidências identificadas na literatura indicam que o tema envolve questões relacionadas à saúde mental, ao bem-estar animal, à regulação do transporte aéreo e à proteção de direitos fundamentais. Nesse sentido, a análise das contribuições acadêmicas revela que a ausência de regulamentação clara pode gerar conflitos institucionais e desafios jurídicos que exigem soluções normativas equilibradas.

A continuidade da análise da literatura evidencia que o crescimento do reconhecimento social dos animais de apoio emocional tem produzido impactos diretos nos debates regulatórios contemporâneos. A expansão desse fenômeno passou a desafiar modelos jurídicos tradicionais, especialmente em setores nos quais o funcionamento institucional depende de regras operacionais rígidas, como ocorre no transporte aéreo. Nesse contexto, parte significativa da produção científica recente tem se dedicado a compreender os limites e as implicações da ampliação do uso da categoria de animal de apoio emocional.

Cummings (2023) observa que a expansão do reconhecimento desses animais ocorreu de forma mais rápida do que o desenvolvimento de mecanismos institucionais capazes de regular adequadamente sua utilização. Segundo o autor, a ausência de procedimentos claros para comprovação da necessidade de apoio emocional contribuiu para o aumento de solicitações de transporte desses animais em aeronaves comerciais. Esse cenário produziu debates relevantes sobre a legitimidade de

determinadas demandas e sobre a necessidade de criação de critérios mais objetivos para a avaliação dessas solicitações.

Além das questões regulatórias, a literatura também discute o papel das transformações sociais na ampliação da presença de animais em diferentes espaços institucionais. Pallotta (2025) argumenta que o conceito de animal de apoio emocional reflete mudanças culturais relacionadas à forma como a sociedade contemporânea compreende a relação entre humanos e animais. A autora destaca que a valorização crescente dos animais de companhia tem influenciado debates jurídicos e políticos, estimulando discussões sobre o reconhecimento institucional de determinadas formas de vínculo humano-animal.

Outro aspecto identificado nos estudos refere-se às transformações institucionais que vêm ocorrendo no setor de transporte aéreo em razão da crescente preocupação com o bem-estar animal. Vallespin (2024) aponta que companhias aéreas e autoridades regulatórias passaram a revisar suas políticas internas para lidar com o aumento da demanda pelo transporte de animais de companhia. A autora destaca que esse processo de adaptação envolve desafios operacionais e jurídicos, exigindo a construção de modelos regulatórios capazes de equilibrar interesses econômicos, segurança operacional e demandas sociais.

A literatura também enfatiza a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas capazes de estabelecer critérios claros para o reconhecimento de animais de assistência e de apoio emocional. Foltin et al. (2023) ressaltam que a ausência de padrões regulatórios uniformes pode gerar dificuldades práticas para instituições responsáveis pela prestação de serviços. Os autores destacam que políticas públicas bem estruturadas podem contribuir para reduzir conflitos institucionais e aumentar a previsibilidade das decisões administrativas relacionadas ao tema.

No âmbito das discussões sobre proteção animal, Mota-Rojas et al. (2023) destacam que a crescente valorização do bem-estar animal tem influenciado a formulação de normas jurídicas em diferentes países. Os autores apontam que a ampliação das discussões sobre direitos dos animais contribui para redefinir a forma como os sistemas jurídicos tratam os animais de companhia, especialmente em contextos que envolvem transporte, deslocamento e prestação de serviços.

A literatura também evidencia que o transporte de animais em aeronaves pode gerar implicações jurídicas relevantes relacionadas à responsabilidade civil das companhias aéreas. Eulálio (2025) analisa casos envolvendo danos ou morte de animais durante o transporte aéreo e observa que esses conflitos têm sido cada vez mais judicializados. O autor destaca que a crescente litigiosidade envolvendo o transporte de animais demonstra a necessidade de aprimoramento das normas regulatórias e contratuais que disciplinam esse tipo de serviço.

Esses resultados reforçam a ideia de que o transporte de animais de apoio emocional constitui um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões jurídicas, sociais e institucionais. A

literatura analisada indica que o desenvolvimento de soluções regulatórias adequadas exige o reconhecimento simultâneo dos benefícios terapêuticos associados aos animais de apoio emocional e das exigências operacionais que caracterizam o setor de transporte aéreo. Nesse contexto, a construção de marcos regulatórios equilibrados surge como elemento fundamental para a redução de conflitos e para a proteção dos direitos fundamentais envolvidos nessa temática.

A análise integrada dos estudos examinados permite observar que a discussão sobre o transporte de animais de apoio emocional no transporte aéreo envolve uma complexa interação entre fatores jurídicos, sociais e institucionais. Os resultados obtidos na revisão da literatura indicam que a expansão desse fenômeno está diretamente relacionada às transformações contemporâneas na forma como a sociedade compreende o papel dos animais de companhia, especialmente no contexto da saúde mental e do bem-estar emocional.

Nesse sentido, diversos autores apontam que a relação entre humanos e animais tem adquirido crescente relevância social, refletindo mudanças culturais e institucionais que influenciam a formulação de políticas públicas e normas jurídicas. Pallotta (2025) sustenta que o reconhecimento social dos animais de apoio emocional está associado a transformações mais amplas na compreensão da relação humano-animal, marcada pela valorização do bem-estar e pela ampliação das discussões sobre proteção animal. Esse cenário contribui para que novas demandas sociais sejam direcionadas aos sistemas regulatórios, exigindo respostas institucionais capazes de lidar com essa realidade emergente.

Ao mesmo tempo, a literatura também demonstra que a ampliação do reconhecimento desses animais deve ser acompanhada por mecanismos regulatórios adequados. Younggren et al. (2020) destacam que a inexistência de critérios uniformes para avaliação e certificação de animais de apoio emocional pode comprometer a credibilidade desse instrumento de suporte terapêutico. Segundo os autores, a definição de parâmetros profissionais claros é fundamental para garantir que o reconhecimento desses animais ocorra de forma responsável e baseada em evidências.

Outro elemento relevante identificado nos estudos refere-se à necessidade de equilibrar diferentes interesses jurídicos envolvidos no transporte aéreo. Doughty (2023) observa que a ausência de regulamentação uniforme pode gerar conflitos entre passageiros que buscam transportar animais de apoio emocional e companhias aéreas responsáveis pela gestão operacional das aeronaves. O autor destaca que a segurança do transporte aéreo e a organização do serviço constituem fatores essenciais que devem ser considerados na formulação de políticas regulatórias.

Além disso, a literatura demonstra que o crescimento das demandas relacionadas ao transporte de animais também tem provocado adaptações institucionais no setor de aviação. Vallespin (2024) observa que companhias aéreas e autoridades regulatórias têm sido pressionadas a revisar suas políticas operacionais para lidar com o aumento da presença de animais em voos comerciais. Essas mudanças refletem a necessidade de desenvolver modelos regulatórios capazes de conciliar segurança

operacional, bem-estar animal e direitos dos passageiros.

As discussões analisadas também indicam que a ampliação do reconhecimento dos animais de apoio emocional deve considerar os impactos jurídicos decorrentes do transporte desses animais. Eulálio (2025) destaca que conflitos envolvendo danos ou morte de animais durante o transporte aéreo têm gerado crescente judicialização, evidenciando a necessidade de aprimoramento das normas que regulam essa atividade. Esse fenômeno revela que o transporte de animais em aeronaves não constitui apenas uma questão operacional, mas também um tema relevante para o direito civil, o direito do consumidor e o direito animal.

Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa indicam que o transporte de animais de apoio emocional representa um campo jurídico em processo de consolidação. A literatura analisada demonstra que a ausência de regulamentação clara e uniforme pode gerar conflitos institucionais e insegurança jurídica. Por outro lado, o reconhecimento dos benefícios terapêuticos associados à convivência humano-animal reforça a importância de desenvolver soluções normativas capazes de equilibrar os diferentes interesses envolvidos, contribuindo para a construção de um sistema regulatório mais justo e eficiente no âmbito do transporte aéreo.

A análise da literatura utilizada nesta pesquisa permitiu identificar diferentes abordagens teóricas e metodológicas voltadas à compreensão do papel dos animais de apoio emocional, bem como aos desafios jurídicos e institucionais associados ao seu transporte em aeronaves.

Os estudos selecionados apresentam contribuições relevantes que abrangem desde aspectos relacionados à saúde mental e ao bem-estar humano até discussões sobre regulação do transporte aéreo, responsabilidade civil e políticas públicas. O quadro a seguir sintetiza os principais autores utilizados no desenvolvimento do referencial teórico e dos resultados da pesquisa, destacando os objetivos de cada estudo, os métodos empregados e os principais resultados apresentados.

Quadro 2 - Síntese dos estudos utilizados na pesquisa

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Brooks et al.	Investigar os impactos da relação entre humanos e animais de companhia no bem-estar psicológico dos tutores	Revisão sistemática da literatura	Identificou que a convivência com animais pode reduzir estresse, ansiedade e isolamento social
Cummings	Analisar os desafios regulatórios relacionados ao reconhecimento de animais de apoio emocional	Análise jurídica e revisão bibliográfica	Evidenciou a necessidade de critérios mais claros para reconhecimento e certificação desses animais
Doughty	Examinar as falhas regulatórias envolvendo o transporte de animais de apoio emocional no transporte aéreo	Análise normativa e estudo jurídico	Identificou lacunas regulatórias que geram insegurança jurídica para passageiros e companhias aéreas
Eulálio	Avaliar a responsabilidade civil das companhias aéreas em casos de morte de animais durante o transporte	Análise jurisprudencial e doutrinária	Demonstrou o aumento da judicialização envolvendo danos a animais transportados em aeronaves
Foltin et al.	Discutir a implementação de animais de assistência e apoio emocional em políticas públicas	Revisão de literatura interdisciplinar	Destacou a necessidade de padrões regulatórios e critérios institucionais mais claros

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Lanier	Analisar conflitos jurídicos entre direitos de passageiros e normas do transporte aéreo	Análise jurídica e estudo de casos	Apontou tensões entre acessibilidade, segurança operacional e regulação do setor aéreo
Mota-Rojas et al.	Investigar debates contemporâneos sobre bem-estar animal na América Latina	Revisão científica interdisciplinar	Demonstrou o crescimento das discussões sobre proteção animal e sua influência em políticas públicas
Pallotta	Examinar o papel social e jurídico dos animais de apoio emocional	Análise sociojurídica	Evidenciou que o conceito de animal de apoio emocional reflete transformações culturais e institucionais
Vallespin	Analisar os impactos do transporte aéreo de animais de companhia nas políticas do setor aéreo	Estudo analítico e revisão bibliográfica	Identificou mudanças operacionais e regulatórias adotadas por companhias aéreas
Younggren et al.	Propor critérios profissionais para avaliação de animais de apoio emocional	Estudo conceitual e análise clínica	Indicou a necessidade de protocolos padronizados para avaliação e certificação desses animais

Fonte: Própria dos autores.

A síntese apresentada no quadro evidencia que os estudos analisados convergem na identificação de desafios regulatórios relacionados ao reconhecimento e ao transporte de animais de apoio emocional. Ao mesmo tempo, os resultados demonstram que a literatura científica destaca a importância de equilibrar os benefícios terapêuticos associados à relação humano-animal com a necessidade de estabelecer normas claras que garantam segurança jurídica e operacional no transporte aéreo.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios jurídicos relacionados à regulação do transporte aéreo de animais de apoio emocional, considerando as implicações desse fenômeno no contexto dos direitos fundamentais, da segurança operacional da aviação civil e da proteção ao bem-estar animal. A partir da revisão da literatura científica recente, foi possível identificar que a crescente valorização do vínculo entre seres humanos e animais de companhia tem produzido novas demandas sociais que impactam diretamente a forma como serviços de transporte são regulados e organizados.

Os resultados obtidos evidenciam que o reconhecimento social dos animais de apoio emocional está associado, sobretudo, ao papel que esses animais desempenham no suporte psicológico de indivíduos em situação de vulnerabilidade emocional. A literatura analisada demonstra que a convivência com animais pode contribuir para a melhoria do bem-estar psicológico, fortalecendo a percepção social de que determinados vínculos humano-animal possuem relevância terapêutica e merecem reconhecimento institucional.

Entretanto, também foi possível identificar que a ampliação dessas demandas tem exposto lacunas relevantes nos sistemas regulatórios que disciplinam o transporte aéreo. A ausência de critérios normativos uniformes para o reconhecimento e certificação de animais de apoio emocional tem gerado

conflitos entre passageiros, companhias aéreas e autoridades regulatórias. Essa situação contribui para a formação de um cenário de insegurança jurídica, no qual decisões administrativas e judiciais passam a depender de interpretações variáveis sobre o alcance dos direitos envolvidos.

Além disso, os resultados indicam que o transporte de animais em aeronaves envolve múltiplas dimensões jurídicas, incluindo questões relacionadas à segurança do transporte aéreo, à responsabilidade civil das companhias aéreas e à proteção do bem-estar animal. A interação entre esses diferentes elementos evidencia a necessidade de construção de marcos regulatórios capazes de equilibrar interesses diversos, garantindo simultaneamente a proteção dos direitos dos passageiros e a manutenção da segurança operacional da aviação.

Nesse contexto, a pesquisa demonstra que o desenvolvimento de normas mais claras e consistentes para o transporte de animais de apoio emocional constitui medida essencial para reduzir conflitos institucionais e promover maior previsibilidade jurídica. A definição de critérios objetivos para reconhecimento desses animais, aliada à elaboração de políticas regulatórias equilibradas, pode contribuir para a construção de um sistema normativo mais eficiente e compatível com as transformações sociais contemporâneas.

Conclui-se que o tema analisado representa um campo jurídico em processo de consolidação, no qual ainda existem importantes lacunas regulatórias e desafios interpretativos. A continuidade das pesquisas acadêmicas sobre o assunto pode contribuir para o aprimoramento das discussões jurídicas e para o desenvolvimento de soluções normativas capazes de harmonizar os direitos fundamentais dos indivíduos com as exigências operacionais do transporte aéreo.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam sua sincera gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo. Agradecem às instituições de ensino e pesquisa que incentivam a produção científica e proporcionam o ambiente necessário para o desenvolvimento de reflexões acadêmicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Manifestam também reconhecimento aos pesquisadores cujos trabalhos serviram de base para a elaboração desta pesquisa, contribuindo para o aprofundamento das discussões jurídicas e sociais relacionadas ao transporte de animais de apoio emocional e à proteção do bem-estar animal.

De modo especial, os autores registram sua gratidão pela oportunidade de dedicar este trabalho a um tema que envolve seres que, embora não possuam voz ou meios diretos de expressão, desempenham papel fundamental na vida e no equilíbrio emocional de inúmeras pessoas. Falar sobre a proteção e o reconhecimento desses animais representa não apenas um exercício acadêmico, mas também um

compromisso ético com aqueles que, mesmo em silêncio, demonstram diariamente sua importância para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BROOKS, S. K. et al. The well-being of companion animal caregivers: a systematic review and research agenda. Animals, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2076-2615/13/20/3294. Acesso em: 10 mar. 2026.

CUMMINGS, L. All dogs are emotional support animals: the need for clearer regulation. Marquette Benefits and Social Welfare Law Review, 2023. Disponível em: https://scholarship.law.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1106&context=benefits. Acesso em: 10 mar. 2026.

DOUGHTY, J. Failures in regulating emotional support animals. Journal of Air Law and Commerce, 2023. Disponível em: https://scholar.smu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4235&context=jalc. Acesso em: 10 mar. 2026.

EULÁLIO, G. A. Responsabilidade da companhia aérea em caso de morte de animal transportado no bagageiro do avião. Revista JRG de Estudos Jurídicos, 2025. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/portaljrg/article/download/2731/2146. Acesso em: 10 mar. 2026.

FOLTIN, S. et al. Current perspectives on implementing assistance and support animals in public policy. Veterinary Sciences, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2306-7381/10/1/62. Acesso em: 10 mar. 2026.

LANIER, T. (Emotional support) peacocks on a plane: revising disability and aviation laws. Indiana Journal of Law and Social Equality, 2021. Disponível em: https://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1126&context=ijlse. Acesso em: 10 mar. 2026.

MOTA-ROJAS, D. et al. Controversial topics in animal welfare in Latin America. Animals, 2023. Disponível em: https://www.mdpi.com/2076-2615/13/9/1463. Acesso em: 10 mar. 2026.

PALLOTTA, N. R. Emotional support? Law, social control, and the human–animal bond. Societies, 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/2813-9372/2/4/40. Acesso em: 10 mar. 2026.

VALLESPIN, A. B. The impact of transforming air transport for domestic animals. Theseus Research Repository, 2024. Disponível em: https://www.theseus.fi/bitstream/10024/903226/2/Bosch%20Vallespin_Angels.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

YOUNGGREN, J. N. et al. Emotional support animal assessments: toward a standard model for mental health professionals. Professional Psychology: Research and Practice, 2020. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7517601/. Acesso em: 10 mar. 2026.